

LEI Nº 1.211/98 de 28 de Dezembro de 1998.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de CACHOEIRAS DE MACACU-RJ, para o exercício de 1999

A Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro, APROVA e EU SANCIONO a seguinte Lei:

Art.1º - O Orçamento do Município de Cachoeiras de Macacu-RJ, para o exercício de 1999, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 18.585.147,00 (dezoito milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e cento e quarenta e sete reais), incluídos os recursos dos Fundos.

Art.2º - A Receita será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

1-	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	R\$	17.129.779,00
	RECEITAS CORRENTES	R\$	13.893.982,00
	- Receita Tributária	R\$	1.430.478,00
	- Receita Patrimonial	R\$	31.748,00
	- Receita Agropecuária	R\$	9.872,00
	- Receita Industrial	R\$	3.000,00
	- Transferências Correntes	R\$	11.853.856,00
	- Outras Receitas Correntes	R\$	565.028,00
	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.235.797,00
	- Operações de Crédito	R\$	1.070.000,00
	- Alienação de Bens	R\$	100.000,00
	- Transferências de Capital	R\$	1.058.749,00
	- Outras Receitas de Capital	R\$	1.007.048,00



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU

11 -	ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS	R\$	3.039.666,00
	- Receitas Correntes	R\$	3,039.666,00
III -	TRANSFERÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO		
	DIRETA À FUNDOS	R\$	1.584.298,00
IV -	TOTAL DA RECEITA		
	(Item I + II - III)	R\$	18.585.147,00
Art.3° - A I	Despesa está fixada com a seguinte distribuição entre os órgão:		9.00
1-	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	R\$	17.129.779,00
	- Câmara Municipal	R\$	736.073,00
	- Gabinete do Prefeito		342.715,00
	- Assessoria de Governo	R\$	33.620,00
	- Procuradoria Geral do Município		171.168,00
	- Coordenação de Comunicação Social		123.773,00
	- Coordenação da Defesa Civil		16.786,00
	- Coordenação da Guarda Civil Municipal		179.406,00
	- Sub-Prefeitura Regional de Japuiba		19.889,00
	- Sub-Prefeitura Regional de Papucai	R\$	21.353,00
	- Secret. Munic. de Obras		3.545.076,00
	- Secret. Munic. de Educação		6.660.890,00
	- Secret. Munic. de Saúde		1.320.172,00
	- Secret. Munic. Agrop./Ramic. Pesca Ind. Com		102.890,00
	- Secret. Munic. Meio - Ambiente		454.780,00
	- Secret, Munic, Munic, Habit,/Trabalho e Prom.Soc.		1.096.584,00
	- Secret. Munic. Esporte/Cultura e Turismo		586.092,00
	- Secret, Munic, Fazenda/Planei, e Adm.		1.718.512,00



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU

	II -	ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS	R\$	3.039.666,00
		- Fundo Municipal de Saúde	R\$	2,775.540,00
		- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	R\$	35.799,00
		- Fundo Municipal de Assistência Social		228.327,00
	III -	TRANSFERÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO		
		DIRETA À FUNDOS	R\$	1.584.298,00
	IV -	TOTAL DA DESPESA		
		(Item I + II - III)	R\$	18.585.147,00
				*
Art	.4° - A L	Despesa está fixada com a seguinte distribuição por Função:		
	1-	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	R\$	17.129.779,00
		- Legislativa	R\$	752.753,00
		- Judiciária	R\$	127.891,00
		- Administração e Planejamento	R\$	2.145.701,00
		- Agricultura	R\$	180.546,00
		- Educação e Cultura	R\$	7.068.397,00
		- Energia e Recursos Minerais	R\$	26.861,00
		- Habitação e Urbanismo	R\$	1.190.978,00
		- Indústria, Comércio e Serviços	R\$	311.904,00
		- Saúde e Saneamento	R\$	2.002.696,00
		- Trabalho	R\$	27.594,00
		- Assistência e Previdência	R\$	747.221,00
		- Transporte	R\$	2.547.237,00
	11 -	ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS	R\$	3.039.666,00
		- Saúde e Saneamento		2.775.540,00
		- Assistência e Previdência	R\$	264.126,00
	III -	TRANSFERÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO		
		DIRETA À FUNDOS	R\$	1.584.298,00
	IV -	TOTAL DA DESPESA		
		(Item I + II - III)	R\$	18.585.147,00
				/ V / * *

Art.5º - O Orçamento de Seguridade Social do Município de Cachoeiras de Macacu-RJ para o exercício de 1999 totalizou em R\$ 3.067.601,00 (três milhões, sessenta e sete mil e seiscentos e um reais) cujos valores estão incorporados ao presente Orçamento Fiscal, inclusive seus anexos, conforme o seguinte desdobramento sintético:

C	riçamento Fiscai, inclusive seus anexos, comorne o seguinte desdobramento si	menco.	
	POR FUNÇÕES		
1-	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	R\$	1.612.233,00
	- Saúde e Saneamento	R\$	1.331.114,00
	- Assistência e Previdência	R\$	281.119,00
11 -	ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS	R\$	3.039.666,00
	- Saúde e Saneamento	R\$	2.775.540,00
	- Assistência e Previdência	R\$	264.126,00
III -	TRANSFERÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO		
	DIRETA À FUNDOS	R\$	1.584.298,00
IV -	TOTAL DA DESPESA		
	(Item I + II - III)	R\$	3.067.601,00
	POR ÓRGÃOS		
1-	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	R\$	1.612.233,00
	- Secretaria Municipal de Saúde	R\$	1.320.172,00
	- Secretaria Municipal de Habitação/Trabalho e Prom. Social	R\$	292.061,00
П-	ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS	R\$	3.039.666,00
	- Fundo Municipal de Saúde	R\$	2.775.540,00
	- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente		35.799,00
	- Fundo Municipal de Assistência Social		228.327,00
III -	TRANSFERÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO		
	DIRETA À FUNDOS	R\$	1.584.298,00
IV -	TOTAL DA DESPESA		
	1227030120000000000000000000000000000000	1 4414	the commence of the commence of

3.067.601,00

Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU

Art.6º - Para efeito da realização da Receita Orçamentária prevista na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a contratar durante o exercício de 1999, financiamentos até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo Único - A efetivação das operações de que trata o presente artigo se condicionará a observância das normas contidas nas Resoluções do Senado Federal e Banco Central do Brasil, que regulam o endividamento municipal.

- Art.7º Fica finalmente, o Poder Executivo autorizado a:
 - I Abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50 % (cinquenta) do total da despesa fixada nesta Lei, criando, se necessário, elementos de despesa dentro de cada projeto ou atividade;
 - II Efetuar transferências de uma fonte de recursos para outra, dentro das dotações das mesmas atividades e ou projetos e mesmas natureza de despesa, quando necessárias tais redistribuições;
 - III Realizar operações de crédito por antecipação da Receita até o limite e nas condições previstas na legislação em vigor;
 - IV Firmar contratos aditivos e outros instrumentos públicos e particulares, necessários a obtenção dos empréstimos e a outorga das garantias de que trata a presente Lei.
- Art.8º Os Orçamentos dos Fundos e Autarquias, serão aprovados pelo Poder Executivo, através de Decretos.
- Art.9º O Poder Executivo no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará por unidade orçamentária para cada órgão, que integram o orçamento de que trata esta Lei, os Quadros de Detalhamento da Despesa, especificando para cada categoria de programação, os elementos de despesas e os respectivos desdobramentos.
- Art.10 Esta Lei Municipal entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 1999, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 28/de dezembro de 1998.

CEZAR DE ALMEIDA

- Prefeito -